

As Temporalidades e o Saber Tradicional na Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape

Soraia Santos Monteiro¹

Resumo

Com os avanços da Política Nacional de Meio Ambiente desde 1965, os processos de discussão e participação do debate ambiental se tornaram mais fortes. As reservas extrativistas marinhas, unidades de conservação de uso sustentável, que como tal asseguram a permanência das populações tradicionais extrativistas, propõem uma nova racionalidade de se pensar e gerenciar os recursos naturais. Levando-se em conta que as populações de matriz tradicional estabelecem maior relação com a natureza, compreende-se que os processos de participação efetiva sobre os espaços das áreas protegidas deverão levar em consideração as diferenças de percepção das populações, em virtude de seus saberes tradicionais. A falta de uma análise crítica sobre a apropriação dos recursos naturais pautados no valor de troca retrocede a real discussão sobre os verdadeiros problemas ambientais. Diante de uma crise de valores, o sistema renega qualquer tipo de racionalidade que fuja ao padrão utilitarista dos recursos naturais. Contudo, ainda que exista um sistema excludente, que recusa a permanência do espaço e o tempo das populações extrativistas locais da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, somente por meio da integração de saberes: científico e tradicional, um planejamento participativo e uma gestão mais equânime trará uma resposta mais justa quanto ao uso e o manejo dos recursos naturais.

Palavras chaves: Áreas Protegidas; Recursos Naturais; Reserva Extrativista Marinha.

Introdução

A Baía do Iguape possui um rico sistema ambiental inserido em três unidades de conservação não contínuas: a APA da Baía de Todos os Santos que abriga as águas e o conjunto de ilhas inseridas na poligonal formada pela linha da costa que delimita a Baía e o estuário do Rio Paraguaçu, a montante da APA Pedra do Cavalo (Cachoeira) e a

¹ Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Geografia MGEO-UFBA. Pesquisadora do grupo Costeiros CNPq/UFBA. Técnica do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos INEMA. Diretoria de Águas- Coordenação de Segurança de Barragens.

Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape, localizada na região do Recôncavo Sul margeando os municípios de Cachoeira, São Félix e Maragojipe.

A área da Reserva Extrativista Marinha Baía do Iguape (RESEX) é composto de vários sistemas ambientais: manguezais, águas interiores, mata atlântica e áreas antropizadas. Os manguezais representam um ecossistema de alta relevância por sua riqueza biológica. Todavia, diversas atividades exercidas no entorno e dentro da RESEX impactam os ecossistemas e, em consequência, a pesca e mariscagem, artes praticadas por milhares de famílias que moram à beira da baía.

O presente estudo busca compreender de que maneira foi implantada a RESEX marinha do Iguape e de que modo as diferentes temporalidades dos extrativistas e o saber local tradicional constitui espaços de sustentabilidade. O trabalho incluiu visitas em campo para identificar o espaço da RESEX, seus usuários e suas atividades econômicas, de modo que fosse compreendida as relações e as temporalidades dos extrativistas. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico a respeito das políticas de criação de unidades de conservação no Brasil, sobretudo da implantação da RESEX marinha baía do Iguape, a realização de entrevistas junto aos extrativistas para identificar os principais problemas que afetam o funcionamento e a efetivação da RESEX e a interpretação dos dados de campo à luz da bibliografia sobre espaço e impactos ambientais.

A pesquisa centrou-se em compreender as temporalidades das populações extrativistas e de que modo os saberes tradicionais podem ser utilizados como instrumentos de planejamento para se atingir um funcionamento mais equânime dos espaços de sustentabilidade das RESEX marinhas. O estudo teve como proposta social o repasse dos resultados da pesquisa aos extrativistas locais, de forma que o estudo possa auxiliá-los na defesa dos seus interesses, uma vez que a implementação de um plano de uso dos recursos naturais e a própria legitimidade jurídica de uma RESEX não é suficiente para garantir o futuro sustentável da população local.

O estudo utiliza-se da abordagem dialética, uma vez a lógica dialética possibilita a construção do conhecimento colaborativo que nasce a partir da existência de um conflito. Sendo que a maior parte desta pesquisa foi centrada no município de Maragojipe, nos distritos de Nagé e Coqueiros e em Cachoeira, nos distritos de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu onde foi realizada a maioria das entrevistas, de

modo que o espaço e tempo dos extrativistas fossem analisados a partir de uma leitura geográfica sobre o local em que vivem.

Assim, o estudo compreende a necessidade de incorporar novas lógicas, saberes e racionalidades ambientais no planejamento das RESEX de modo que a eficácia de sua aplicação promova maior justiça social garantindo a manutenção de um meio ambiente sadio e com maior equidade social para todos.

1. As Áreas Protegidas no Contexto Mundial

O surgimento das áreas protegidas não possui uma data precisa, visto que diversos povos manifestavam diferentes relações sobre os espaços territoriais relacionados a caça e ao lazer como os soberanos do império assírio em 700 a.C. e os persas, em áreas similares a estes locais. A necessidade de proteção sobre os recursos naturais se manifestou desde os primórdios do desenvolvimento das sociedades, sobretudo nas sociedades pré-agrícolas da Ásia e Oriente Médio. Essas áreas eram os locais em que a vida social se reproduzia através da caça, da pesca, do lazer, das cerimônias e rituais religiosos. Não se sabe ao certo se naquele período o resguardo dessas áreas tinha o intuito de proteção dos recursos existentes no local ou de posse territorial de áreas contra a invasão de outros grupos. Nos relatos encontrados nada é mencionado a respeito; apenas são colocados em alguns textos e livros que as áreas eram cercadas e protegidas por um determinado grupo social contra a invasão de outros grupos, a exemplo dos assírios, persas, posteriormente dos romanos. Segundo Runte (1979), após a adoção dessa prática pelos nobres assírios, esta lógica passou a ser difundida sobre diferentes territórios, manifestando-se também no império Persa, entre os anos 550 e 350 a.C. Nos anos 400 a. C, na Índia, o uso e a atividade extrativista nas florestas sagradas foram proibidos (DAVENPORT e RAO, 2002). Na Europa medieval a apreciação pela paisagem rural sob seus aspectos estéticos, recreativos e científicos ganhou novas características, sendo a palavra ‘parque’ elencada a uma designação específica de espaço, ou seja, um local delimitado em que os animais viviam na natureza em áreas sob responsabilidade do rei (MORCELLO, 2001). Os reis eram os donos e administradores das áreas e parques naturais; caso estas áreas fossem invadidas por caçadores, os mesmos eram condenados à morte. Na China, no século VI d.C., foram estabelecidas leis de proteção para as planícies úmidas. Para citar outro exemplo, no século VIII foi criada uma reserva de veados e javalis em Veneza e na Bretanha,

sendo as leis florestais promulgadas no século XI. (DAVENPORT E RAO, 2002). Porém, somente entre os séculos XVII e XVIII o homem passa a ter maior conhecimento e controle sobre a natureza como enfatiza, Henrique (2004).

Ao longo dos séculos XVII e XVIII cresce o entendimento de que o homem acumula conhecimentos que o conduzem a um incremento de seu controle da natureza, através do aumento das áreas de cultivo, como uma grande contribuição das artes, ciências e técnicas. Isto se deve muito também as contribuições de Francis Bacon, Descartes e Leibniz, que acreditavam no poder do conhecimento para controlar o meio e eram entusiastas da tecnologia para melhorar o destino dos homens. (HENRIQUE, 2004, p.7).

Nota-se que a partir do século XX, a natureza, que antes era fruto da imaginação e contemplação atrelada à ideia de mito, passa por mudanças radicais quanto ao entendimento da relação homem-natureza. Nos dias de hoje as áreas de proteção ambiental tornam-se ambientes vulneráveis aos fortes atrativos capitalistas, visto que os recursos da natureza passaram a ter valorização econômica para o mercado capitalista.

2. O espaço e tempo da RESEX Marinha Baía do Iguape

Homens e mulheres vivem diversas realidades distintas entre si no espaço e no tempo. Desta forma, cada sujeito possuiu uma crença em particular, um saber, uma racionalidade e uma percepção do mundo carregada de significados, signos, símbolos e códigos do grupo do qual fazem parte. A lógica concebida por cada grupo permite novas possibilidades de se ver um mundo, que não responde ao tempo da lógica mercantil do mundo ocidental. Separar o homem da natureza é um paradigma que se encontra no cerne das sociedades mercantis, em que as relações sociais e de poder encontram nos modos de produção a base concreta para alocação e determinação geográfica dos lugares. Aquilo que antes respondia ao tempo da natureza e as relações centradas nas trocas de saberes, agora responde ao tempo fugaz, do “tic-tack” do relógio, dando lugar ao mais novo, que domina o velho.

A promessa de que os homens e mulheres, sendo iguais por princípio, são iguais nas práticas não pode concretamente ser realizada se a referência de estilo de vida para essa igualdade for o *american way of live*. Mais do que nunca vemos que a modernidade é colonial, não só na medida em que não pode universalizar seu estilo de vida, mas pelo modo como, pela colonização dos corações e mentes, procura instilar a ideia desejável e, acima de tudo

possível que todos se europeizem ou americanizem. (GONÇALVES, 2004, p.31).

Embora os modos de produção sejam particulares, a diferença de cada lugar é resultado de um arranjo espacial, visto que o valor de cada local depende dos níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam em várias escalas, ou seja, o espaço reproduz também uma ordem internacional, o que torna os lugares seletivos e/ou estranhos para determinados grupos sociais (SANTOS, 1974, p. 8). Santos (1978) considera que o tempo não é um conceito absoluto, mas uma percepção relativa do indivíduo e não concreta. O tempo adota características particulares, divididas em seções, que extrapolam a lógica economicista. Entretanto, este mesmo tempo pode caracterizar um espaço fechado que é preenchido e dimensionado pelos instrumentos do capitalismo. Existem diferentes tempos, o tempo do relógio ignora totalmente o tempo orgânico, que neste caso é vivido pelos extrativistas.

Ainda que o tempo mecânico possa em um certo sentido, acelerar ou ir para trás, como os ponteiros do relógio ou as imagens de um filme, o tempo orgânico se move só em uma direção, através do ciclo do nascimento-crescimento-desenvolvimento-decadência e morte e o passado que já é morto segue presente no futuro que ainda há de nascer. (GONCALVES, 2010, p. 106).

Neste sentido o espaço reproduz a totalidade social na medida em que suas transformações são determinadas por necessidades sociais, políticas e econômicas. (SANTOS, 2002, p.33). Não há neutralidade em sua construção e distribuição social, pois sua influência altera a dinâmica de outras estruturas, ou seja, o espaço é uma totalidade social que se modifica, dinamiza e movimenta as ações e os objetos geográficos. Olhar longe no espaço é olhar longe no tempo (...). O espaço é uma realidade e “existe tempo na medida em que existe movimento” (PIETTRE, 1997, *apud* SPOSITO, 2004 p. 69).

As novas mudanças espaciais e a presença de novos agentes sociais passaram a ter um novo espaço geográfico, coabitado por tempos diferentes. Embora as populações extrativistas possuam características peculiares sobre sua cultura, a simbolização e a abstração no espaço estão expressas no conjunto de comportamentos e instituições

sociais sobre e na natureza, ou seja, os mesmos fazem uso da natureza para a sua sobrevivência.

A natureza construída desses grupos responde a um universo científico, em que valora o saber, o conhecimento tradicional², que é passado por gerações e que decorre de diferentes formas de exploração e representação sobre a natureza. Segundo Cabral “Essas visões valorativas da separação entre a sociedade e a natureza, acarretam problemas. Para uns, a natureza é vista por crenças e espíritos e para outros concebida como mercadoria. Diferentes visões e usos da natureza geram conflitos em Unidades de Conservação (CABRAL, 2010, p. 4).

Para Prost:

Para populações pesqueiras costeiras cujos territórios usados são fluídos e não exclusivos. A natureza é o lugar da dádiva, do que é gratuito e dado a todos no suprimento das necessidades básicas. Ela possui então um valor de uso com o objetivo primeiro de sustento da família. Ela pode permitir também a extração de um excedente que permitirá a aquisição de demais bens e serviços mediante circulação de dinheiro. Em trabalho de campo na baía do Iguape³, várias marisqueiras declaram ter conseguido criar seus filhos “graças à maré”. (...) A percepção da natureza pelos usuários foi predominantemente de base do sustento familiar. A natureza surgiu também como símbolo de vida, pois ela é e dá vida; ela é as comunidades biológicas e seus habitats assim como a sociedade e sua base de sustento social. Ao reconhecer esses serviços, as populações locais expressam gratidão para com a natureza. Esta representa mais um patrimônio coletivo do que apenas um amontoado de recursos naturais, tal como vista sob uma perspectiva utilitarista pelo modo de produção capitalista. Para os pescadores e marisqueiras, a natureza não é vista como distinta do ser humano, mas englobando este e seu grupo social no todo maior que ela é, uma imensa teia de relações. (PROST, 2009, p. 5).

²Entende-se tradicional por um modo de vida estreitamente associado ao uso social dos recursos naturais e com baixo impacto negativo sobre os ecossistemas assim como o conhecimento de saberes ambientais empíricos, construídos ao longo de uma longa convivência com o meio natural. As populações tradicionais consideram a natureza geralmente como a grande provedora das coisas boas, disponíveis a todos, sem apropriação individual (Brandão, 1994).

³Aplicação de questionários, conversas informais, oficina de troca de saberes.

Segundo Harvey:

A relação afetiva com a natureza se forma através da história resgatada na memória transmitida pela via oral assim como da experiência corporal, apreendendo a realidade através dos sentidos. Esse processo cognitivo se circunscreve em um espaço local, pois se origina na convivência com a natureza através da inserção física do corpo e prescinde de tecnologia que afaste o homem dos elementos naturais. Assim, o espaço local é o terreno das relações sociais de proximidade, base da consciência e da ação política graças à troca de informações e opiniões. (HARVEY, 2006 *apud* PROST, 2009).

Contudo, o meio ambiente ainda é colocado para a lógica desenvolvimentista, como um bem de valor, ou seja, um recurso a ser explorado, ocupado, incorporado pelo homem e não como um bem inestimável para as presentes e futuras gerações. Este fato é bastante presente em sociedades urbanas que lidam com recursos naturais como mercadorias de alta rentabilidade com valor de troca. Todavia para as populações de matriz tradicional, os recursos naturais são manejados, conservados e extraídos, de forma que os mesmo assegurem sua sobrevivência por longos anos, ou seja, os recursos são vistos como bens de uso social e coletivo para as presentes e futuras gerações. Para estes grupos, são outras lógicas que respondem ao meio, lógicas que se contrapõem à dinâmica e ganância dos mercados nos espaços urbanos. Ainda assim, frequentemente o Estado coloca a proteção do meio ambiente sob a forma de áreas protegidas como um contraponto negativo e/ou empecilho ao desenvolvimento econômico, o que só vem a enfraquecer a política ambiental no Brasil. Contudo, muitas vezes essa lógica se inverte, na medida em que o Estado demonstra sob forma preservacionista de capital natural o interesse em manter alguns locais destinados para áreas protegidas, atendendo ao interesse de mercados específicos como as empresas de fármacos e cosméticos. Ainda que exista uma constituição federal com leis vanguardistas, a falta de operacionalização da legislação torna a discussão no país ínfima e sem grandes avanços quanto aos direitos dos extrativistas, não são assegurados como deveriam e como legitima a Lei Federal 9.985 de 2000.

3. As transformações sócio-espaciais decorrentes das mudanças do padrão econômico local

A Baía do Iguape conheceu importantes alterações nas últimas décadas, afetando, por conseguinte as populações tradicionais que vivem dos recursos marinhos.

Até meados da década de 1980, a água da baía encontrava-se mais doce graças à livre vazão do rio Paraguaçu, principal rio que deságua na baía. Nessa época, a pescaria era mais farta, segundo relatos de pescadores. Em 1985, ocorreu a construção da barragem de Pedra do Cavalo para controlar as cheias do referido rio. Entre seus objetivos, cita-se o fim das enchentes que tanto afligiam as populações das cidades históricas de Cachoeira e São Félix e o abastecimento em água potável para Salvador. Enquanto a barragem cumpria de modo eficaz essas funções, a natureza teve que se adaptar às mudanças. A Baía do Iguape, que possuía em sua característica água doce, foi invadida pela água salgada, alterando o ecossistema local, com reflexos sobre a ictiofauna e a bentofauna. Mais de 20 anos após a construção da barragem, a natureza havia encontrado um novo equilíbrio, tendendo a uma estabilidade entre os ecossistemas que compõem a baía. Mas a partir de 2004, um novo acontecimento se dá sobre a região com a abertura da central hidrelétrica de Pedra de Cavalo. A liberação de água de suas comportas, obedecendo à outra lógica – a de geração de energia elétrica para a região metropolitana e para rede elétrica nacional –, se torna irregular e freqüente. Esses episódios alteram consideravelmente a pesca local com a diminuição e/ou fuga. A região não só sofreu com os fatos ocorridos sobre a pescaria, mas também com influenciou a região. Segundo professores e lideranças sociais que trabalham sobre e na área, o amplo desemprego que se abateu sobre a área impulsionou cerca de 25% da população, em direção à “maré”, à procura sobrevivência. Esses fatores tornam a pesca mais competitiva e escassa em termos de quantidade e variedades de espécies. A notificação de impactos por fatores externos a Baía do Iguape é essencial nesta abordagem. O aumento da pressão pesqueira sobre os recursos por parte da população extrativista, explicado anteriormente pela redução de alternativas de emprego na região e de uma estrutura fundiária concentrada. Mas, além disso, a barragem aparece em muitas respostas como um elemento de alteração do esforço de captura.

A alta pressão demográfica sobre os recursos pesqueiros muito se deve à falta de oferta de outras atividades como as indústrias fumageira e petrolífera que eram algumas das opções de trabalho na região, assim como a agricultura familiar e o extrativismo vegetal, cujas áreas são hoje em dia extensamente ocupadas por grandes fazendas. A restrição a estas atividades, como alternativas ao período do defeso ou até mesmo como um complemento ao orçamento familiar, contribuiu para que muitas pessoas se orientassem para a pescaria, aumentando a pressão sobre este recurso. Até agora, a

pesca e a mariscagem se beneficiam de condições naturais bastante favoráveis, uma vez que se trata de uma área dominada por manguezais.

O ecossistema de manguezal é formado através das interações complexas de animais e plantas que vivem na faixa entremarés das costas tropicais baixas, com limites superiores e inferiores distintos. Vanucci (2001) afirma que seu melhor desenvolvimento se dá em locais de marés moderadas onde a planície costeira possui um suave declive, sendo regularmente inundada pelas marés. A temperatura de suas águas não passa abaixo dos 17-18 °C no inverno, a riqueza é maior, proveniente do escoamento superficial e das águas marinhas costeiras. Suas florestas apresentam maior crescimento em locais de águas calmas e ao longo de costas de baixa energia, bem protegidas de fortes correntes costeiras, ventos, movimentos de maré, por restingas, recifes de coral ou baixios. A grande calma de suas águas advém dos ciclos das marés que, por sua vez, sofrem influência dos ciclos lunares (VANUCCI, 2001).

4. A pesca na Baía do Iguape

As condições de vida e de trabalho da população da Baía do Iguape ilustram o baixo nível socioeconômico da região. Nos locais mais urbanizados, a exemplo de Maragogipe, as casas construídas são de alvenaria, muito pequenas e simples. Entretanto, boa parte da região apresenta características mais rurais com presença de comunidades remanescentes de quilombos, habitando em casas constituídas principalmente de barro e madeira, com poucos cômodos, escassez de móveis, ausência de luz e de água encanada. Esta distinção entre as áreas mais urbanizadas para as áreas mais rurais também é presente na constituição familiar. Nas áreas mais urbanas as famílias contam com 4-5 membros contra uma fecundidade superior nas comunidades rurais embora esta se aproxima dos níveis urbanos⁴.

Quanto ao trabalho, as atividades, em sua grande maioria, são realizadas em grupos uma vez que a maioria dos pescadores não possui barcos. Além disso, a pesca é uma atividade que exige esforço de todos, a exemplo da puxada de rede ou da pesca do camarão, entretanto o tipo arte de pesca utilizada vai depender de cada grupo. A pesca é predominantemente artesanal com presença de canoas a remo e raros barcos a motor.

⁴Não tem média numérica uma vez que os dados referentes correspondem à segunda fase do campo no município de Cachoeira, cujos resultados não estão incluídos neste sub-projeto.

Dez barcos motorizados foram adquiridos por parceria com a FUNDIPESCA para o transporte da população entre comunidades rurais e atividades de pesca. Assim a predominância de canoas a remo e vela implica num limitado raio de ação dos pescadores ao possuir pequena autonomia de deslocamento.

O tipo de captura na pesca é de muitas espécies, salvo o camarão em Nagê e Coqueiros. Os apetrechos são diversos na pescaria, sendo que a prática das artes difere entre os locais e grupos que se utilizam destes recursos.

Todas estas artes de pescas possuem particularidades quanto à captura. A maioria mencionada nos questionários é de artes móveis, quando o pescador vai atrás de sua pescaria. Mas a região também apresenta um grande número de camboas, apetrechos de pesca fixas, compostos de um cercado com varas de madeira encaixadas na parte lodosa do mangue ou em bancos de areia.

Este cercado fixado no manguezal serve de emboscada para os peixes e mariscos na maré alta que, na maré baixa, ficam presas dentro do cercado. No trabalho de campo, ouvimos diversos comentários de pescadores e marisqueiras sobre artes consideradas predatórias em si ou em razão de sua intensidade de uso. Como exemplos, citamos o grande número de monzuás em Santiago do Iguape e São Francisco do Iguape, de camboas no norte da Baía do Iguape e de da rede fina na pesca do camarão em Nagê e Coqueiros.

Mas além destas artes, a pesca com bomba é mais preocupante, visto que sua utilização tornou-se freqüente na região e que seus impactos são extremamente importantes. A dificuldade de vigilância por falta de recursos do IBAMA contribui para ação da pesca ilegal. A bomba, além de matar muitas espécies, altera o ecossistema local. Finalmente, a redinha de malha de 8 mm, utilizada principalmente em Nagê e Coqueiros, captura não só camarão como uma grande quantidade de indivíduos dos quais muitos são apenas filhotes, ou seja, capturados antes do período de reprodução. Junto a todos estes fatos abordados neste estudo, menciona-se a falta de respeito total ao defeso do camarão, assim como a falta de defeso para outro tipo de espécie. Nos últimos anos, percebe-se diversas alterações negativas sobre o setor pesqueiro que vão além da pressão acentuada sobre os recursos pesqueiros e das artes predatórias.

5. A central hidrelétrica da Pedra do Cavalo e seus efeitos sobre a água

A Baía do Iguape passou por novas alterações com a implantação da usina hidrelétrica entre os anos de 2004 e 2005, causando alterações recorrentes na salinidade da água. Consoante a este fato, os pescadores afirmam que a água da baía tem se tornado mais doce, causando a fuga temporária de muitas espécies. Segundo Genz (2007), as mudanças de vazões mínimas se iniciaram desde a implantação da barragem Pedra do Cavalo em 1986, resultando em alterações no campo da salinidade. A partir de 1997, são geradas vazões mínimas de 11 m²/s, resultando uma penetração de salinidade próxima ao natural. Com a implantação da Usina Hidrelétrica em 2005 (165,3 MW) e a operação das turbinas com 40 a 80 m²/s, as alterações impostas ao sistema estuarino passaram a ser então no sentido oposto, originando um recuo da penetração salina, em função do aumento das vazões (GENZ, 2007).

A entrada de água de doce nos estuários e baías leva a consequências químicas e biológicas que podem se apresentar tanto positiva quanto negativamente. Os efeitos positivos advêm da geração de padrões de circulação estuarina, da formação do gradiente de salinidade, do transporte de sedimentos, do fornecimento de nutrientes e da produção de pescado. Entretanto, os efeitos negativos são muitos maiores, relacionados ao transporte de materiais tóxicos, poluentes e organismos patogênicos, trazidos de bacias hidrográficas adjacentes (POWELL *et al.*, 2002 *apud* GENZ, 2007).

Estas alterações se explicam pela falta de um padrão médio para vazões, decididos pela central hidrelétrica. Esta responde às diretrizes da ANEEL, indiferente às condições locais uma vez que segue uma lógica exógena ao lugar. Para minimizar os impactos sobre a pesca, as variações de salinidade da Baía do Iguape não devem ser excessivas. Genz (2007) recomenda que a EMBASA adote uma vazão relacionada com a vazão mínima natural, de maneira que a geração contínua de energia seja apenas com uma turbina. Desta forma, a vazão atingiria o seu limite nos períodos do outono-inverno, respeitando assim as vazões dos afluentes e não as superando. Portanto, a geração da vazão com duas turbinas ficaria apenas nos períodos das cheias (GENZ, 2007).

6. Bases e funcionamento de RESEX: saberes tradicionais e gestão participativa

A implementação da Reserva Marinha Baía do Iguape, já existente na lei, mas não completamente de fato, se faz necessária e urgente uma vez que, a reserva extrativista, ao ser uma unidade de conservação, tem por intuito resguardar e proteger áreas habitadas pelas populações da região em base em um plano de uso (ou manejo) dos recursos naturais. Segundo Prost (2007):

Deve-se aliar os saberes científicos - os quais podem ser processados e sintetizados em sistemas de informação geográfica, integrando variáveis temporais e espaciais de vários fatores - com os saberes tradicionais. Ao CNPT, cabe facilitar a formação de RESEX solicitadas por comunidades locais extrativistas, assim como consolidar as RESEX existentes através de assessoramento na mobilização popular e no processo de planejamento e gestão. (PROST, 2007, p. 5).

Esse conceito se refere a populações que desenvolveram uma estreita relação com o meio ambiente, manejado de modo sustentável em base nos saberes tradicionais. Esses saberes são constituídos em função de longo tempo de convivência com o meio físico, trazendo em suas relações aspectos visíveis e invisíveis, múltiplas dimensões que reúnem elementos materiais simbólicos, o que para o atual contexto econômico soa como algo incompreensível. Os saberes tradicionais abrangem:

“... a série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações. São maneiras diversas de perceber, no âmbito local, de representar e de agir sobre o território, concepções que subjazem às relações sociais. No caso de comunidades marcadas por identidades étnicas, representadas como o “outro”, esses elementos ideológicos e políticos resultam incompreensíveis para o conhecimento técnico-econômico, pelos fortes traços de preconceito e estranhamento”. (CASTRO, 1997, p.169).

Segundo Castro (1997), os saberes são patrimônios, não no sentido da propriedade privada, mas sim no valor de princípio que estes saberes carregam, sendo herdados e traduzidos por gerações. Os saberes dialogam com o modo de vida e de produção dessas populações. Dessa maneira, a forte identidade a esses locais, manifestada nos saberes, crenças, rituais, modo de produção, expressa uma relação

construída de modo estreito e consolidado por uma longa história de convivência. As concepções construídas sobre a natureza por parte dos grupos são tão intrínsecas que a relação homem-natureza se reflete na constituição do modo de vida e de trabalho.

Encontra-se na baía do Iguape as múltiplas dimensões na percepção da natureza pelas populações locais. O saber dessas populações expressa uma forte representatividade do meio físico, presente nos símbolos culturais reproduzidos. Percebe-se certo respeito e crença por parte desses grupos a entidades que habitam o mangue, a exemplo de Nanã Borocô ou Borocu (Vovó do mangue) e de orixás como Yemanjá, mãe das águas salgadas ou Oxum, mãe das águas doces. Muito visível é a forma com que muitos pescadores e marisqueiras se comportam ao entrar no mangue, ao fazer o sinal da cruz ou outra saudação a alguma divindade antes de iniciar seus trabalhos sob forma de licença para garantir uma pescaria farta ou segurança no ofício. Segundo as marisqueiras, o manguezal é um local sagrado, onde não são permitidos xingamentos, nem ofensas. Esta relação de respeito e crença favorece que suas atividades exerçam um impacto relativamente baixo sobre o meio ambiente. Esse traço geral não impede a prática de artes de pesca predatórias. Mas pressupõe-se que, desde que ainda haja saber ambiental, as populações continuam sendo consideradas como tradicionais uma vez que se pode reverter o uso prejudicial de recursos naturais por um planejamento participativo baseado nos referidos saberes ambientais.

Em base nesse etnoconhecimento e em valores de cidadania, o funcionamento de uma reserva extrativista se dá por seus usuários através de um conselho deliberativo, ainda em processo de criação definitiva na região. Os delegados foram eleitos em todas as comunidades, salvo Nagê e Enseada. Em 2007, fizeram um curso de capacitação organizado pelo IBAMA para uma melhor gestão da área. Embora, a existência do conselho seja necessária, as reuniões ocorrem em assembleias ordinárias convocadas quatro vezes ao ano. Isso dificulta a gestão, mesmo que exista a possibilidade de convocação de assembleia extraordinária, o que ocorreu de fato desde 2008. Este distanciamento dificulta uma discussão suficiente das ideias e uma gestão cotidiana. O conselho deliberativo tem, portanto por intuito uma função de controle social.

Para que a RESEX da Baía do Iguape seja concretizada, é necessário um comprometimento diário do ICMBio e de seus funcionários, o que se tornou o caso com a nomeação de um coordenador que reside em Maragojipe auxiliado hoje em dia por

mais dois funcionários. A atuação do órgão ambiental visa auxiliar o planejamento e a gestão, não com a lógica de ensino, mas sim de aprendizagem mútua com a comunidade. Mas, além disso, é recomendado que se crie uma associação de usuários, tal como existente na RESEX marinha de Corumbau (Sul da Bahia) ou nas RESEX paraenses (PROST, 2007). É necessário que exista participação popular em nome dos saberes tradicionais, também como de cidadania e maior responsabilidade dos seus usuários. É a partir da participação de seus usuários que se pode prosseguir para a etapa de elaboração de um plano de manejo dos recursos naturais, previsto no SNUC. A associação aparece fundamental para a construção e consolidação de uma organização social em escala da RESEX por ser um instrumento mais ágil na condução do planejamento e da gestão cotidiana, embora este não seja o maior problema. As colônias de pescadores atendem diariamente a população, mas existem duas no recinto da RESEX. Existem outras redes sociais como o Conselho de quilombos ou comunidades ligadas ao Movimento estadual da pesca, mas nem todas as comunidades da RESEX estão contempladas neles, assim como essas redes contemplam também grupos sociais de fora da RESEX. Importa reunir todos os usuários da reserva extrativista Baía do Iguape em uma mesma associação para fomentar o debate em torno da elaboração do plano de uso, assim como, a partir daí, montar projetos em vistas a captação de recursos.

As RESEX marinhas do Pará dão mostra, pela sua dinâmica social, dos sucessos granjeados até hoje. Em cada uma das RESEX, funcionam um conselho deliberativo, mas também uma associação mãe dos usuários. O tecido social das RESEX chega a ser reforçado com o fomento à criação de comitês locais (PROST & VERGARA FILHO, 2005) no intuito de favorecer o debate acerca da gestão ambiental, a troca de ideias, a transparência da gestão. Diegues (2000) ou de educação dialógica segundo os preceitos de Paulo Freire (2005). A ampliação do debate visa a melhorar a tomada de decisão graças a um conhecimento mais preciso dos temas em pauta. Isso se denota não só dentro das associações como nas relações com agentes sociais externos às RESEX, sejam eles governos ou agentes capitalistas hegemônicos, aumentando o poder de embate das populações.

Considerações finais

Ainda que as unidades de conservação sejam um avanço na política nacional de meio ambiente do Estado brasileiro, há muito que fazer para tornar as reservas

extrativistas marinhas um instrumento mais efetivo e que garanta maior desenvolvimento local para as populações envolvidas. Como afirma Prost (2007) sem tecido social coeso e sem apoio governamental seguro, o processo de construção social avança em marcha lenta. É necessário haver integração e respeito mútuo entre extrativistas, demais usuários da RESEX, técnicos e poder público de forma que os planos de uso e a gestão dos recursos naturais atendam plenamente os anseios de todos envolvidos. A crise de valores entre diferentes racionalidades retrocede o debate e a crítica sobre o uso utilitarista dos recursos naturais. A participação democrática e a decisão coletiva de todos os agentes sociais envolvidos tornam a questão mais justa, construindo e fortalecendo o processo de construção social das populações extrativistas. Compreende-se que o espaço e o tempo dos extrativistas marinhos estão ligados a um modo de vida estreitamente associado ao uso social dos recursos naturais e com baixo impacto negativo sobre os ecossistemas assim como o conhecimento de saberes ambientais empíricos, construídos ao longo de uma longa convivência com o meio natural (PROST, 2007). Homens e mulheres arraigados na cultura e na ligação com o mar em que sua gratidão e respeito com a natureza foge totalmente da lógica utilitarista do modo de produção capitalista.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Somos as águas puras**. Campinas: Papirus, 1994.
- DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. **A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro**. In: TERBORGH, Jonh. *et al.* (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002, p. 52-73.
- _____. **Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos**. In: DIEGUES, Antonio. Carlos, **Etnoconservação**. Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Nupaub-USP. 2000.
- CABRAL, Cleiton Lopes. **Da Repressão aos Desafios da Inclusão Social em Áreas Protegidas**. XVI Encontro Nacional dos Geógrafos. Porto Alegre, 2010.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. **Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais**. In: Faces do trópico úmido. Conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: CEJUP, 1997. p. 221-242.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2005. 216 p.

GENZ, Fernando. **Vazão mínima para estuários: um estudo de caso no rio Paraguaçu – Bahia.** In: Revista Brasileira de Recursos Hídricos, v. 13, p. 73-82, 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental.** Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2004. v. 1. 179 p.

_____. **Os (Des) Caminhos do Meio Ambiente.** São Paulo. Editora Contexto. 14 ed. 2010.

HENRIQUE, Wendel. **O direito à natureza na cidade. Ideologias e práticas na história.** Tese de Doutorado. UNESP/Rio Claro. 2004.

MORSELLO, Carla. **2001. Áreas protegidas públicas e privadas: seleção e manejo.** Pp. 22: Annablume: Fapesp. São Paulo.

PROST, Catherine, VERGARA, Filho Wademar. **As reservas extrativistas (RESEX): uma proposta de gestão ambiental participativa.** In: VII Congresso latinoamericano de sociologia rural, 2007. Anais do VII Congresso latinoamericano de sociologia rural. Quito: ALASRU. CDRom.

PROST, Catherine. **Desenvolvimento sustentável da pesca artesanal em região costeira – estudos de caso no Norte e Nordeste do Brasil.** I Symposium im Rahmen der Forschungskooperation im Fach Geographie der Universität Passau und der Universidade Federal da Bahia, Salvador (Brasilien) - "Regionalentwicklung in Deutschland und in Brasilien (Bahia)". Promoção: Universität Passau/ UFBA. Campus da Universität Passau, 18 a 21 de Janeiro de 2007.

_____. **Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa.** GeoTextos, v. 5, p. 165-179, 2009.

RUNTE, Alfred. **National Parks: the American experience.** Lincoln and London: University of Nebraska Press. 1979, p. 240.

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec. 2002. 400p.

_____. **Time-Space Relations in the Underdeveloped World.** Dar-es-Salaam, Department of Geography, University of Dar-es-Salaam, ed. Mimeo, 1974.

_____. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Hucitec, 1978.

SCHAEFFER, Novelli. Yara. **Manguezal: ecossistema entre a terra e o mar.** São Paulo: Caribbean Ecological Research, 1995, p.64.

SPOSITO. Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico.** 1ª reimpressão. São Paulo: UNESP, 2004.

VANUCCI, Marta. **Os manguezais e nós.** São Paulo: EDUSP. 2003. 304 p.